

TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) DO BRASIL.

WORK AS EDUCATIONAL PRINCIPLE IN THE MOVEMENT OF LANDLESS RURAL WORKERS (MST) IN BRAZIL.

EL TRABAJO COMO PRINCIPIO EDUCATIVO EN EL MOVIMIENTO DE TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA (MST) EN BRASIL

Ellen Felício dos SANTOS¹

Neusa Maria DAL RP

Resumo: No presente trabalho estudamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a sua Pedagogia, que indica a articulação entre educação e trabalho produtivo. A questão central que norteou esta pesquisa foi: como o MST materializa o trabalho enquanto princípio educativo em suas escolas? Os procedimentos adotados foram a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa empírica, com leitura e interpretação da literatura disponível sobre a temática, análise de legislações brasileiras e documentos do MST, e realização de observação e aplicação de entrevistas semiestruturadas com professores, funcionários e alunos do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, localizado no Assentamento Marcos Freire, em Rio Bonito do Iguaçu, Paraná. O Colégio Strozak se destaca por aplicar os princípios da educação do MST de forma mais bem elaborada, contudo, apresenta um avanço teórico maior do que o que consegue realizar em sua realidade concreta. Concluímos que a materialização do trabalho enquanto princípio educativo no Colégio se dá por meio da realização de trabalhos reais que têm relação com as necessidades dos alunos e dos moradores do Assentamento, por meio do trabalho associado.

Palavras-chave: educação, MST, trabalho associado, pedagogia do Movimento.

INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu durante um período de grande efervescência política no Brasil, marcado pela luta contra a ditadura

¹ Professora da Educação Básica da Prefeitura Municipal de Garça, Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Garça, São Paulo, Brasil. Email: ellen.felicio@hotmail.com
 <https://orcid.org/0000-0001-7989-3865>

² Professora Associada Livre-Docente III da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília e do Programa de Pós-Graduação em Educação. Email: neusamdr@terra.com.br
 <https://orcid.org/0000-0002-3000-2280>

<http://doi.org/10.36311/1519-0110.2022.v23n1.p69-82>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

militar vigente desde o golpe de 1964 e que teve fim em 1985. Na época da ditadura militar, as organizações de trabalhadores e de estudantes foram duramente reprimidas e o movimento de camponeses, dentre outros, foi aniquilado, pois os opositores ao regime eram perseguidos, exilados e assassinados. Em 1984, o Movimento se organizou para lutar por três objetivos: acesso à terra; implantação da Reforma Agrária; e mudanças sociais no país.

Em meados da década de 1970, as políticas adotadas pelo governo da ditadura no Brasil levaram ao aumento da desigualdade social e ao favorecimento da concentração fundiária e de renda, tornando cada vez mais grave a questão agrária no país. No final dos anos de 1970 e início de 1980, sindicatos, entidades e movimentos sociais de trabalhadores se reorganizaram e deflagraram a luta contra a ditadura e por melhores condições de vida e trabalho. O MST fez parte desse processo e é um dos herdeiros do processo histórico de resistência e de luta pela terra (CALDART, 2012).

O Movimento foi fundado oficialmente durante a realização do I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido em 1984 na cidade de Cascavel, no estado do Paraná. Durante a sua trajetória, o MST ganhou notoriedade nacional e internacional e na atualidade tem sido estudado por um número considerável de pesquisadores. Após 38 anos de existência, o MST é um movimento consolidado e objeto de investigações científicas, com crescente número de publicações envolvendo suas práticas educativas (SOUZA, 2020).

No Brasil, a partir dos anos 1990, as políticas educacionais passaram a ser orientadas por organismos multilaterais que se difundem capacitando a força de trabalho para atuar de forma subalterna. Para os trabalhadores do campo, a aplicação das políticas neoliberais culminou em mudanças significativas e aumentou a precarização do trabalho.

O agronegócio realizou mudanças no campo que ampliaram a desigualdade socioeconômica e a violência, e submeteu as populações do campo à superexploração com extensas jornadas de trabalho e baixa remuneração. Enquanto o agronegócio intenta hegemonizar o seu projeto político de classe e submete a escola pública aos interesses privados das empresas do agronegócio, o Estado age como regulador e implementador de políticas socialmente compensatórias.

Nesse entremeio, o MST nasce lutando por Reforma Agrária e inclui em sua agenda a luta pela educação pública e gratuita, definindo sua história como sendo uma grande obra educativa. Na área educacional o Movimento criou seu sistema educacional e progressivamente implantou a Pedagogia do Movimento (DAL RI, 2004, 2019).

Além de elaborar uma proposta educacional própria, o MST optou por organizar a produção nos acampamentos e assentamentos e onde foi possível organizou o trabalho coletivo associado, com mudanças nas relações de trabalho e implantação de cooperativas.

No presente trabalho estudamos o MST e a articulação entre educação e trabalho produtivo prevista em sua Pedagogia. O principal objetivo deste estudo é analisar como o MST materializa o trabalho enquanto princípio educativo em suas escolas.

Os procedimentos metodológicos adotados neste estudo foram a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa empírica. Para a pesquisa bibliográfica realizamos o levantamento, seleção, leitura e interpretação de textos de intelectuais orgânicos do MST e de pesquisadores que se dedicam à temática e ao estudo do Movimento. Para a pesquisa documental foram utilizadas legislações e documentos oficiais do MST. Para a pesquisa empírica (dezembro de 2021), realizamos observação e aplicamos entrevistas semiestruturadas com professores, funcionários e alunos do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, uma escola que aplica a Pedagogia do Movimento e que está localizada no Assentamento Marcos Freire, em Rio Bonito do Iguazu, no estado do Paraná.

O Colégio Strozak se destaca por aplicar os princípios da educação do MST de forma mais bem elaborada e, portanto, foi selecionado para a realização da pesquisa empírica.

1. O MST E A EDUCAÇÃO

Ao travar a luta por Reforma Agrária, o MST abarcou outras demandas e uma delas foi a educação. Desde 1979, durante o período de gestação (FERNANDES, 2000) do Movimento, a preocupação com a educação de seus membros faz parte de sua trajetória.

Quando os membros do MST ocupam uma terra improdutiva, se organizam em acampamentos transformando o espaço em um território organizado para a vida em coletividade. O Movimento é composto por famílias e a preocupação com a educação se amplifica durante a luta, pois na ocupação além de, na maioria das vezes, estarem em um território precário e sem acesso aos recursos básicos, se tornam excluídos também dos direitos, como é o caso da saúde e educação.

Quando o MST (1996, p. 5) conceitua educação, está considerando “[...] a educação uma das dimensões da formação humana, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, como no sentido mais restrito de formação de quadros para a nossa organização e para o conjunto das lutas dos trabalhadores.” Portanto, seus princípios filosóficos e pedagógicos têm por objetivo alcançar a formação ampla do sujeito Sem Terra.

Ainda nos primeiros acampamentos e assentamentos a educação começou a ser organizada pelos membros do Movimento que percebiam que as crianças precisavam de um tempo e espaço organizados e planejados que intencionassem cuidar e ensinar às crianças sobre a realidade em que estavam inseridas (CALDART, 2012). Aos poucos,

essa preocupação se ampliou e o Movimento passou a organizar o que essas crianças deveriam aprender e as formas como isso deveria acontecer. Com essas ações o MST iniciou a criação do seu sistema educacional e progressivamente foi implantando a Pedagogia do Movimento.

Seu sistema educacional é composto por escolas próprias e por escolas públicas sobre as quais o Movimento possui hegemonia e implanta o seu projeto político pedagógico, além de articular inúmeras parcerias com Universidades públicas em cursos de graduação e pós-graduação, por exemplo.

De acordo com Silva (2019), a atuação do MST na área educacional ocorre de diferentes formas e abrange tanto a educação formal, seguindo a legislação educacional brasileira da Educação Infantil ao Ensino Superior, quanto informal.

O MST objetiva a construção de um projeto de desenvolvimento para o campo baseado em práticas autossustentáveis e com soberania alimentar. Após realizar o seu VI Congresso Nacional, em fevereiro de 2014, à palavra de ordem Reforma Agrária, acrescentou o adjetivo Popular e essa mudança de curso influenciou na formação dos trabalhadores Sem Terra, definidos como sujeitos de mudança social.

O Programa de Reforma Agrária Popular (RAP) analisa as condições materiais do campo na atualidade frente ao desenvolvimento do capitalismo representado pelo agronegócio e atualiza os objetivos do Movimento. O RAP requer mudanças nas formas de organização da produção e, por conseguinte, nas relações de trabalho estabelecidas no campo, colocando como foco a produção agroecológica, tendo em vista a produção de alimentos saudáveis para a população brasileira (MST, 2014).

São mudanças estruturais no sentido de construir outra matriz produtiva que resista ao agronegócio. O Programa (MST, 2014) incentiva o desenvolvimento de uma produção agrícola limpa, sem uso de agrotóxicos e, portanto, com planejamento e modelo tecnológico com enfoque agroecológico, que implica o uso dos recursos naturais de forma a garantir o bem de toda a população, sem prejudicar a terra, desperdiçar ou contaminar a água, sem a utilização de queimadas etc., além de incentivar a formação de associações e cooperativas geradas e geridas pelos próprios trabalhadores.

De acordo com Sapelli, Leite e Bahniuk (2019), o MST já possui experiências neste sentido, apesar de a maioria de agricultores ainda estar submetida a relações com cooperativas que não atuam nessa perspectiva. Organizadas pelo MST no Paraná, os autores destacam a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda (Copavi), no Assentamento Santa Maria, em Paranacity, e a Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná Ltda (Coagri) que trabalham com a agroecologia.

Nesse contexto de resistência ao agronegócio e construção de uma nova matriz produtiva, a educação é essencial, pois o Programa de RAP se vincula a uma proposta de

mudança não só da produção de alimentos, mas de produção da vida, ou seja, ao mesmo tempo em que empreende ações de pressões e negociação com o governo para obtenção de terra, cria programas voltados para a formação política e qualificação técnica dos seus quadros.

2. A PEDAGOGIA DO MOVIMENTO

Em 1990, o Coletivo Nacional de Educação do MST deu início a um processo de sistematização de sua proposta educacional com o objetivo de organizar o acúmulo das experiências e das discussões sobre o assunto. Para facilitar esse processo, foi estabelecido o uso do método de princípios, pois poderia orientar o trabalho em diversos territórios do MST sem normatizá-lo (CALDART, 2012).

A síntese dos objetivos e princípios da educação do MST teve como parâmetro os estudos sobre Paulo Freire e alguns pensadores e educadores socialistas, como Krupskaya, Pistrak, Makarenko e José Martí, com o objetivo de que essas teorias se entrelaçassem à prática dos sujeitos Sem Terra (CALDART, 2012).

Durante o processo de elaboração de sua proposta pedagógica, as frentes de atuação do MST foram se ampliando e foi preciso refletir sobre a formação de educadores, a alfabetização dos jovens e adultos, a educação infantil etc. (CALDART, 2012).

Nesse entremeio, o conceito de escola, por exemplo, foi ampliado. De acordo com Caldart (2012, p. 276), o sentido dessa ampliação “[...] está na progressiva compreensão de que ela deve ser vista não apenas como um lugar de *aprender a ler, a escrever e a contar*, mas também de *formação dos sem-terra* como trabalhadores, como militantes, como cidadãos, como sujeitos.”

Essa é uma mudança que requer o estabelecimento de vínculo entre a escola e as experiências educativas do cotidiano do Movimento, tais como, lutas, organização, produção, mística etc. Portanto, a escola deve estar vinculada à vida (CALDART, 2012). Ou seja, é preciso produzir a necessidade de aprender, e com isso, se produz a necessidade da escola. Para Caldart (2012), esse é o processo de ocupar a escola, ou seja, estar na escola fazendo parte dela e não apenas para conseguir algo dela, como um emprego ou um diploma. A ocupação da escola, no sentido literal, está na busca pelo espaço específico para a formação escolar, mas o Movimento ocupa a escola quando extrapola os muros da escola e produz nos sujeitos a necessidade de aprender.

O MST (1996) apresenta os princípios da sua educação dividindo-os em princípios filosóficos e pedagógicos. Os princípios filosóficos dizem respeito à visão de mundo e às concepções gerais em relação à pessoa humana, à sociedade e ao que o MST entende por educação. Os princípios pedagógicos dizem respeito ao jeito de pensar e fazer a educação para concretizar os princípios filosóficos (MST, 1996).

Os princípios servem para nortear os projetos políticos pedagógicos das escolas do MST, mas cada escola possui suas especificidades e pode inserir neles elementos que considerem pertinentes.

3. A PEDAGOGIA DO MOVIMENTO E O TRABALHO

A Pedagogia do Movimento expressa o jeito de o MST conceber e fazer a educação e tem como categoria central o trabalho, que é categorizado como um objetivo e como um princípio educativo. O MST articula práticas educativas por meio do trabalho, que objetivam construir novas formas de organização e relações de trabalho. Nesse sentido, o MST reconhece que a escola possui um papel importante, pois ajuda a vincular o conhecimento à vida e à luta concreta. Isso significa que a educação escolar passa de um mero processo de instrução para um processo de formação humana, com suas várias dimensões, que devem colocar em ação organizada e em determinada direção histórica, as matrizes formadoras ou constituidoras do ser humano.

As matrizes formadoras são situações ou elementos materiais que constituem no ser humano determinados traços, que sem a atuação dessas matrizes não existiram. Dentre as matrizes adotadas pelo MST, a *vida* é a matriz principal e dela decorrem as demais, tais como a formadora do trabalho, da luta social, da organização coletiva, da cultura e da história (SAPELLI; LEITE; BAHNIUK, 2019).

A matriz formadora do *trabalho*, no sentido geral de atividade humana criadora, é a primeira matriz na constituição do ser humano como ser social e histórico, sujeito da práxis. Essa matriz refere-se ao trabalho em sentido geral e da luta para converter todos os seres humanos em trabalhadores associados, superando as formas alienadas de trabalho. Nesse sentido, o trabalho deve ser a base principal do projeto educativo da escola e os conhecimentos escolares devem ser vinculados ao mundo do trabalho e da cultura que o trabalho produz. Cabe à escola tornar o trabalho plenamente educativo, ou seja, proporcionar aos alunos experiências reais de trabalho produtivo socialmente útil e ligar o ensino à produção e à organização do trabalho. Isso ocorre não apenas no trabalho realizado na escola, mas também nos assentamentos, pois a articulação entre educação e trabalho produtivo contribui para a formação dos educandos numa perspectiva diferente daquela que ocorre nas escolas oficiais, ou seja, visando o trabalho associado e não o trabalho assalariado.

Na proposta educacional do MST, o trabalho é uma categoria fundamental e uma das pedagogias que o MST põe em Movimento. Quando o MST combina educação e trabalho está instrumentalizando outras dimensões de sua Pedagogia e para exemplificarmos e compreendermos como isso ocorre no MST, apresentamos uma análise de dados empíricos coletados durante pesquisa no Colégio Iraci Salete Strozak.

4. O COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO IRACI SALETE STROZAK

O Colégio está localizado no Assentamento Marcos Freire, em Rio Bonito do Iguçu-PR, onde estão assentadas cerca de 578 famílias organizadas em onze comunidades. Em 2003, o Colégio Strozak mudou-se definitivamente para a Comunidade Centro Novo, a maior comunidade do Assentamento, com cerca de 120 famílias. O Colégio fica a aproximadamente 25 quilômetros da sede do município e a 8,5 quilômetros da rodovia BR 158.

O Plano de Estudos do Colégio Strozak (STROZAK, 2013) traz como matriz fundamental do trabalho pedagógico o vínculo entre a escola e a vida. Esse vínculo se materializa por meio do desenvolvimento das matrizes formativas do trabalho, da luta social, da cultura e da história.

Diversas modalidades de trabalho são apontadas pelo Plano de Estudos (STROZAK, 2013), para serem trabalhadas no Colégio, tais como, autosserviço, tarefas socialmente necessárias, oficinas etc. Além destas tarefas, o documento aponta tempos educativos que são formativos, e que implicam a realização de trabalhos pelos estudantes, tais como, Tempo Abertura, Tempo Trabalho, Tempo Leitura, Tempo Reflexão Escrita, Tempo Cultura, Tempo Aula, Tempo de Estudo, Tempo Oficina, Tempo Notícia, Tempo de Estudo Independente Orientado e Tempo dos Núcleos Setoriais. Incluir os tempos na organização do trabalho pedagógico implicou mudanças significativas no projeto político pedagógico (PPP) do Colégio. Enquanto o Estado organiza, por exemplo, 5 aulas de 50 minutos cada, os tempos são distribuídos de outra maneira, como tarefas que devem ser cumpridas semanal ou diariamente, por exemplo. Um dos exemplos é a organização da mística, em que a turma responsável pela mística da semana, se organiza para ensaiar, produzir e apresentá-la na sexta-feira. O tempo para isso não é previsto pelo Estado e é necessária uma organização interna para sua realização.

O Colégio Strozak organizou o seu PPP (STROZAK, 2020) e o Plano de Estudos (STROZAK, 2013) para preparar a juventude para atuar na vida coletiva, trabalhando para o bem da comunidade. A escola se organiza, portanto, para se conectar com as relações de trabalho e com a vida social.

Neste estudo destacamos a matriz formadora do *trabalho*, no sentido geral de atividade humana criadora, a primeira matriz na constituição do ser humano como ser social e histórico. Essa matriz refere-se ao trabalho em sentido geral e da luta para converter todos os seres humanos em trabalhadores associados, com vistas a superar formas alienadas de trabalho. Nesse sentido, o trabalho deve ser a base principal do projeto educativo da escola e os conhecimentos escolares devem ser vinculados ao mundo do trabalho e da cultura que o trabalho produz. Portanto, a matriz formadora do trabalho direciona a escola a tornar o trabalho plenamente educativo, ou seja, proporcionar aos alunos experiências reais de trabalho produtivo socialmente útil e ligar o ensino à produção e à organização do trabalho, na perspectiva do trabalho associado.

A perspectiva do trabalho associado (DAL RI, 2004) contribui para unir teoria e prática e colabora para o autossustento da escola. Dessa forma, a mentalidade coletiva pode ser alterada, pois a lógica que comanda a concepção de trabalho do MST é a do interesse do coletivo, porquanto o vínculo que interessa ao MST, pelos seus objetivos mais amplos, é a associação de produtores, por meio de formas cada vez mais complexas e abrangentes de cooperação entre os trabalhadores do campo.

5. A OPERACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO ENQUANTO PRINCÍPIO EDUCATIVO

De acordo com o Plano de Estudos (STROZAK, 2013) e o Projeto Político Pedagógico (STROZAK, 2020), as atividades de trabalho devem ser realizadas de acordo com o tempo-espço educativo, organizados conforme a necessidade ou condições específicas da escola e comunidade. Nesse sentido, os Núcleos Setoriais atuam como organizadores dos setores do Colégio.

Os Núcleos Setoriais são grupos de estudantes organizados que têm por objetivo a articulação de ações e realização de trabalhos reais, com o objetivo de melhorar a vida em comunidade. No caso do Colégio Strozak, o PPP (STROZAK, 2020) aponta quatro Núcleos Setoriais: 1. Núcleo setorial de embelezamento interno; Núcleo setorial de embelezamento externo; 3. Núcleo setorial de comunicação; 4. Núcleo setorial de apoio ao ensino.

O Núcleo Setorial de Apoio ao Ensino, em parceria com os Núcleos Setoriais de Trabalho, Saúde e Cultura, organiza o Tempo Trabalho, um dos momentos em que mais bem podemos verificar a operacionalização do trabalho enquanto um princípio educativo. Durante o Tempo Trabalho há uma organização do trabalho que envolve o coletivo com a divisão social do trabalho e interdependência entre as atividades, pois os produtos do trabalho são apropriados coletivamente.

Outro Tempo fundamental para o Colégio é o Tempo Oficina, que visa desenvolver atividades de ensino e aprendizagem sobre a cooperação, habilidades manuais, cognitivas, motoras, entre outras. São oficinas de artesanato, danças, esporte, ginástica, construção de brinquedos e materiais didáticos, música e que permitem a organização científica do trabalho, com execução de trabalhos mais elaborados com madeira ou metal, por exemplo. O Tempo Oficina é mediado de acordo com a capacidade de cada responsável e dirigido por educandos, educadores, voluntários da comunidade e convidados. Os educandos também se organizam para trabalhar na edição do Jornal Escolar, um tempo denominado Tempo Notícia (STROZAK, 2020).

No caso dos estudantes do ensino médio, a proposta é a de inserção em processos produtivos autogeridos por trabalhadores, como estágios, trabalho de férias escolares e trabalho de campo, mesmo que seja fora do assentamento, pois há necessidade de que o trabalho seja real e não apenas laboratorial (SAPELLI; LEITE; BAHNIUK, 2019).

Durante a pesquisa empírica verificamos que há tentativas para materializar o trabalho no Colégio Strozak, inserindo os estudantes em trabalhos reais, que têm relação com o cotidiano do Colégio e do Assentamento. Contudo, o MST enfrenta muitos obstáculos para implementar sua proposta pedagógica, desde questões estruturais, como recursos para operacionalizar a proposta, até de recursos humanos.

O MST operacionaliza o trabalho enquanto princípio educativo por intermédio de trabalhos reais, envolvendo atividades que têm relações orgânicas com as demandas políticas, econômicas e culturais das escolas, das comunidades e do Movimento.

Um dos exemplos dessa materialização é o trabalho no Jornal Frutos da Luta. Os alunos se organizam para levantar os assuntos mais pertinentes à comunidade, escrevem as notícias, fazem a diagramação e após o recebimento do Jornal pronto, organizam-se para distribuí-lo na escola e em todo o Assentamento.

Para articular o ensino com o trabalho de acordo com a Pedagogia do MST é necessário que: 1. a educação esteja ligada ao mundo do trabalho; 2. que o trabalho seja um princípio educativo; 3. que a Pedagogia da alternância seja um método pedagógico.

A educação ligada ao mundo do trabalho diz respeito à organização da escola tendo o trabalho como um dos seus pilares fundamentais. O Plano de Estudos (2013) do Colégio Strozak aponta para uma elaboração curricular que combina os objetivos político-econômicos do Movimento com as condições reais da comunidade e do Movimento. O trabalho como um princípio educativo tem relação com o entendimento de que o processo educativo deve ter como base o trabalho associado.

A Pedagogia da Alternância como método Pedagógico pode ser definida como uma metodologia de organização de tempos e espaços educativos. São basicamente dois momentos distintos: o Tempo Escola (TE) e o Tempo Comunidade (TC). Durante o TE os/as estudantes têm aulas teóricas e práticas e participam dos processos pedagógicos propostos pela escola, se organizando para realizar as tarefas que garantem o funcionamento da escola, avaliando o processo e participando dos processos avaliativos. Durante o TC os/as estudantes realizam atividades de pesquisa sobre a sua realidade e registram as experiências práticas que realizaram em suas comunidades, para que na volta à escola haja troca de experiências e resolução de problemas dos mais variados aspectos. Além do TE e TC, as escolas do MST possuem outros tempos educativos, que são adotados de acordo com as especificidades dos cursos e níveis de ensino. Alguns dos tempos educativos destacados pelo MST (1999) são Tempo Aula, Tempo Trabalho, Tempo Oficina, Tempo Esporte/Lazer, Tempo Estudo, Tempo Mutirão e Tempo Coletivo Pedagógico.

Com a Pedagogia da Alternância como método pedagógico a escola se torna um espaço OE reflexão teórica sobre as questões trazidas pelos alunos. O aluno leva até o espaço familiar e da comunidade o que aprendeu durante o seu tempo na escola e tem um momento para confrontar a teoria com a prática, experimentando concretamente o que

aprendeu (JESUS, 2011). É um processo de confronto que promove a aprendizagem, mas não tem a aprendizagem como fim da educação.

No caso do Colégio Strozak, os trabalhos realizados pelos alunos articulam um número significativo de dimensões e envolvem os alunos em situações de trabalho que não têm por horizonte uma remuneração financeira, pois são trabalhos realizados pelos alunos que se organizam em prol de benefícios para o coletivo.

Em entrevista, Ana Cristina Hammel, ex-diretora do Colégio Strozak (Hammel, 2021), afirmou que a proposta do Colégio é a de que os alunos compreendam que ser estudante é um trabalho e deve ser desenvolvido com zelo e responsabilidade. A elaboração de uma dramatização, de uma reportagem para o Jornal, do cuidado com a horta ou com os jardins deve fazer parte do cotidiano dos estudantes, mas não por cumprimento de tarefas apenas e, sim, por compreenderem o quão importante é saber geografia, história, matemática e saber relacioná-las com as tarefas do dia a dia.

Ao construir uma cisterna ou integrarem a equipe do Jornal, os estudantes estão diretamente envolvidos em processos que exigem a utilização dos conhecimentos que aprenderam nas aulas. Ao usar a matemática para calcular quantos metros de tela serão necessários para fechar a horta do Colégio, ou quantos litros de tinta serão necessários para embelezar os pontos de ônibus etc., os estudantes aguçam parte de seu conhecimento para modificar a realidade em que estão inseridos.

A articulação entre educação e trabalho no Colégio Strozak aponta que os objetivos da educação, na concepção do MST, estão para além do que o êxito no processo de ensino-aprendizagem.

CONCLUSÃO

A partir dos anos 1990, as políticas educacionais no Brasil passaram a ser orientadas por organismos multilaterais, que aplicam as políticas neoliberais com o objetivo de fornecer uma qualificação (certificação) para o trabalho assalariado e disseminar a ideologia capitalista. Para os trabalhadores do campo isso representa o aumento da precarização do trabalho e das desigualdades sociais.

A expansão desenfreada do agronegócio no campo provocou inúmeras consequências, que podem ser resumidas na expulsão dos pequenos proprietários utilizando a violência, inclusive com inúmeros assassinatos, e a ampliação da desigualdade socioeconômica, submetendo as populações do campo à superexploração com extensas jornadas de trabalho e baixa remuneração. Enquanto o agronegócio intenta hegemonizar o seu projeto político de classe e submete a escola pública aos interesses privados de suas corporações, o Estado age como regulador e implementador dessas políticas.

O MST age para intervir nessa situação e inclui a educação em sua agenda, criando um sistema educacional e progressivamente implantando a Pedagogia do Movimento e organizando o trabalho associado em seus acampamentos e assentamentos, com mudanças nas relações de trabalho e implantação de cooperativas.

O trabalho é uma categoria central na Pedagogia do MST, pois os seus membros são em primeira ordem, trabalhadores e trabalhadoras.

Na Pedagogia do Movimento o trabalho é categorizado como um objetivo e como um princípio educativo. Dessa forma, o MST articula suas práticas educativas por meio do trabalho com o objetivo de construir novas formas de organização e relações de trabalho. Nesse sentido, a escola passa a ter um papel importantíssimo, pois cabe a ela tornar o trabalho plenamente educativo, proporcionando aos alunos experiências reais de trabalho.

Para uma conclusão sobre a operacionalização entre a educação e o trabalho produtivo, analisamos o princípio no Colégio Iraci Salete Strozak, por meio de documentos do Colégio e bibliografias relacionadas ao tema, além de observação e análise de entrevistas.

O Plano de Estudos do Colégio Strozak (STROZAK, 2013) traz como matriz fundamental do trabalho pedagógico o vínculo entre a escola e a vida. Esse vínculo se materializa por meio do trabalho com as matrizes formativas do trabalho, da luta social, da cultura e da história.

Diversas modalidades de trabalho são apontadas pelo Plano de Estudos (STROZAK, 2013) para serem trabalhadas no Colégio, tais como, autosserviço, tarefas socialmente necessárias, oficinas etc. Além destas tarefas, o Plano aponta tempos educativos que são formativos, e que implicam a realização de trabalhos pelos estudantes.

Tanto o PPP (STROZAK, 2020) quanto o Plano de Estudos (STROZAK, 2013) do Colégio apontam para a necessidade de preparar a juventude para atuar na vida coletiva, trabalhando para o bem comum da comunidade. A escola se organiza, portanto, para se conectar com as relações de trabalho e com a vida social, o que não ocorre apenas no trabalho realizado na escola, mas também nos assentamentos e nas comunidades, pois a articulação entre educação e trabalho produtivo contribui para a formação dos educandos numa perspectiva diferente daquela que ocorre nas escolas oficiais, visando o trabalho associado e não o trabalho assalariado.

Os estudantes são inseridos em trabalhos reais, que têm relação com o cotidiano do Colégio e do Assentamento. Contudo, o MST enfrenta muitos obstáculos para implementar o trabalho, esbarrando em questões burocráticas impostas pelo Estado. Os Núcleos Setoriais devem ser acompanhados por professores que ajudam a orientar o trabalho, contudo, com a contratação por hora e a jornada dupla ou tripla de professores, organizar os tempos educativos se torna difícil.

No caso do Colégio Strozak, os trabalhos realizados pelos alunos articulam um número significativo de dimensões e envolvem os alunos em situações de trabalho que não têm por horizonte uma remuneração financeira, mas são trabalhos realizados pelos alunos que se organizam em prol de benefícios coletivos.

Não há práticas que beneficiem os estudantes economicamente, contudo, os estudantes estão aprendendo a lidar com a organização do trabalho de forma coletiva, sem a hierarquia que é comum ao trabalho assalariado. Professores, alunos, assentados e funcionários se unem em torno de um bem comum e a escola organiza ações para alcançá-lo.

A Pedagogia do MST não cabe na escola, por isso nem sempre a escola consegue realizá-la totalmente. O Colégio avança, mas, por ser uma escola pública, depara-se com a forma da escola oficial e luta contra os tempos, espaços e recursos limitados. No entanto, ao propor uma nova organização pedagógica e política, o Colégio Strozak organiza o trabalho para que seus estudantes compreendam o trabalho voltado para o bem coletivo, entendendo que o trabalho faz parte da vida como um todo.

O MST materializa o trabalho enquanto princípio educativo por intermédio de trabalhos reais, envolvendo atividades que têm relações orgânicas com as demandas políticas, econômicas e culturais das escolas, das comunidades e do Movimento. O Colégio organiza o seu ambiente educativo, tendo as matrizes formadoras do trabalho, da luta social, da organização coletiva, da cultura e da história como base para a materialização do trabalho enquanto princípio educativo. Ainda que com contradições e dificuldades, o MST se organiza conforme o tempo-histórico-político-social-econômico de sua base em busca de seus objetivos.

Podemos concluir, também, que na educação o avanço teórico do MST é maior do que ele consegue realizar em sua realidade concreta, mas o fato de propor teoricamente já é um passo essencial para alcançar seus objetivos.

SANTOS, E. F.; DAL RI, N. M. Work as educational principle in the Movement of Landless Rural Workers (MST) in Brazil.. *ORG & DEMO* (Marília), v. 23, n. 1, p. 69-82, Jan./Jun., 2022.

Abstract: In the present work study the Movement of Landless Rural Workers (MST) and its Pedagogy that indicates the articulation between education and productive work. The central question that guided this research is: how does the MST materialize work as an educational principle in its schools? The procedures adopted were bibliographic research, documentary research and empirical research, with reading and interpretation of the available literature on the subject, analysis of legislation and MST documents, and observation and application of semi-structured interviews with teachers, employees and students of the Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, located in the Marcos Freire Settlement, in Rio Bonito do Iguçu, Paraná. Colégio Strozak stands out for applying the principles of MST education in a more

elaborate way, however, it presents a theoretical advance greater than what it can achieve in its concrete reality. We conclude that the materialization of work as an educational principle in the College takes place through the performance of specific works that are related to the needs of students and residents of the Settlement, through associated work.

Keywords: education, MST, associated work, pedagogy of Movement.

Resumén: Em el presente trabalho estudiamos el Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) y su Pedagogia que señalala articulación entre educación y trabajo productivo. La pregunta central que oriento esta investigación es: ¿cómo materializa el MST el trabajo como principio educativo en sus escuelas? Los procedimientos adoptados fueron la pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa empírica, con lectura e interpretación de la literatura disponible sobre el tema, análisis de la legislación y documentos del MST, y observación y aplicación de entrevista semiestructuradas con profesores, empleados y alumnos del Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, ubicado en el Asentamiento Marcos Freire, en Rio Bonito do Iguaçú, Paraná, Brazil. El Colégio Strozak se destaca por aplicar los principios de la educación del MST de una manera más elaborada, sin embargo, presenta un avance teórico mayor al que logra alcanzar en su realidad concreta. Concluimos que la materialización del trabajo como principio educativo en el Colegio se da a través de la realización de trabajos específicos que se relacionan con las necesidades de los estudiantes y residentes del Asentamiento, a través del trabajo asociado.

Palabras llave: educación, MST, trabajo asociado, pedagogia del Movimento.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DAL RI, N. M. **Educação democrática e trabalho associado no contexto políticoeconômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2004. 315 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

DAL RI, N. M. Os caminhos da pesquisa: uma introdução à análise das escolas do MST. In: DAL RI, N. M. et al. **Educação democrática, trabalho e organização produtiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Marília: Oficina Universitária, Lutas Anticapital, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. 318 p.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

JESUS, J. N. A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 14, n. 18, p. 07-20, jan./jun., 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Como fazemos a escola de educação fundamental. **Caderno de Educação**. São Paulo, n. 9, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Princípios da educação no MST**. Porto Alegre: MST, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Programa Agrário do MST**. Brasília, 2014.

SAPELLI, M. L. S.; LEITE, V. J.; BAHNIUK, C. **Ensaio da Escola do Trabalho na luta pela terra: 15 anos da Escola Itinerante no Paraná**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SILVA, C. R. **Educação em movimentos sociais: princípios educativos comuns ao Movimento Zapatista e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. 2019. 410 p. Tese

(Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília.

STROZAK, Colégio Iraci Salete. **Plano de Estudos**. Rio Bonito do Iguaçu, 2013.

STROZAK, Colégio Iraci Salete. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak**. Rio Bonito do Iguaçu: Strozak, 2020.

SOUZA, M. A. Pesquisa educacional sobre o MST e educação do campo no Brasil. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 36, mar., 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698208881>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

Submetido em: 29/03/2022

Aceito em: 07/06/2022